



A INFLUÊNCIA DA ELEGIBILIDADE NA CARREIRA DO ATLETA PARAOLÍMPICO

Resumo - A elegibilidade no esporte paraolímpico é o momento da definição da classe que um atleta irá competir. Envolve avaliação, presunção de capacidade e nível de competência. Neste artigo, baseado em narrativas biográficas das atletas paraolímpicas Susana Schnarndorf e Elizabeth Gomes, a classificação funcional ou elegibilidade do atleta paraolímpico é destacada em âmbito sociológico. Especificamente, por ser não só uma prova de aptidões do atleta, em que ele comprova que sua deficiência é relevante no desempenho esportivo, mas, um ponto norteador da sua carreira como atleta profissional. As duas colaboradoras da pesquisa têm doenças degenerativas, casos raros no esporte paraolímpico o que as fazem ser submetidas periodicamente ao processo reclassificatório e com isso, viverem a cada ano, a tensão sobre a continuidade ou não de suas carreiras como atletas. Os dois casos citados são praticamente os únicos na história da delegação brasileira, rumo aos Jogos Paraolímpicos Rio, 2016 salvo algumas outras exceções, que também merecem serem estudadas.

Palavras-chave: Esporte Paraolímpico; Classificação Funcional; Carreira; Elegibilidade.

THE INFLUENCE OF ELIGIBILITY ON THE CAREER OF THE ATHLETE PARALYMPICS

Abstract - Eligibility in Paralympic Sport is the defining moment in the class that an athlete will compete. It involves evaluation, presumption of capability and level of competence. In this article, based on biographical narratives of the Paralympic athletes Susana Schnarndorf and Elizabeth Gomes, the functional classification or eligibility of the Paralympic athlete is highlighted in sociological scope. Specifically, because it is not only a test of the athlete's abilities, in which he proves that his deficiency is relevant in sports performance, but a guiding point of his career as a professional athlete. The two collaborators of the research have degenerative diseases, rare cases in the Paralympic sport which causes them to be submitted periodically to the process reclassificatory and with that, to live each year, the tension about the continuity or not of their careers as athletes. The two cases cited are practically the only ones in the history of the Brazilian delegation, towards the Rio 2016 Paralympic Games, except for some other exceptions, which also deserve to be studied.

Keywords: Paralympic Sports; Functional Classification; Career; Eligibility.

LA INFLUENCIA DE LA ELEGIBILIDAD EN LA CARRERA ATLETA PARALÍMPICO

Resumen - La elegibilidad en el deporte paralímpico es el momento de la definición de clase que un atleta competirá. Se trata de la evaluación, la capacidad de la presunción y nivel de competencia. En este artículo, basado en relatos biográficos de los atletas paralímpicos Susana Schnarndorf y Elizabeth Gomes, la clasificación o la elegibilidad funcional paralímpico se resalta en un contexto sociológico. En concreto, siendo no sólo prueba de habilidades del atleta, que demuestra que su discapacidad es importante en el rendimiento deportivo, sino un punto de guía de su carrera como atleta profesional. Las dos colaboradoras de la investigación tienen enfermedades degenerativas, raros casos en el deporte paralímpico que los hace someter periódicamente al proceso reclassificatorio y con eso, vivir cada año, la tensión sobre la continuación o no de sus carreras como atletas. Los dos casos citados son prácticamente los únicos en la historia de la delegación brasileña, hacia los Juegos Paralímpicos de Río de 2016 sujeto a ciertas otras excepciones, que también merecen ser estudiadas.

Palabras-clave: Deportes Paralímpicos; Clasificación funcional; Carrera; Elegibilidad.

*Luciane Maria
Micheletti Tonon*

*Escola de Educação
Física e Esporte*

*Universidade de São
Paulo*

luciane.tonon@gmail.com

*[http://dx.doi.org/
10.30937/2526-
6314.v1n1.id6](http://dx.doi.org/10.30937/2526-6314.v1n1.id6)*

Introdução

A presença genuína de uma deficiência somada ao uso do esporte na reabilitação, mais a vontade de ser atleta não são suficientes para fazer de um atleta com deficiência*, um atleta paraolímpico. É preciso enfrentar um processo de classificação funcional para atestar que sua deficiência é relevante no desempenho esportivo. Conforme o Guia Explanatório da Classificação Paraolímpica² tal processo o qualifica para pertencer a uma determinada classe conforme suas limitações motoras, visuais ou intelectuais podendo assim, competir em condições de igualdade. Isso significa que ele é elegível.

Por classificação funcional entende-se que é a estrutura de competição usada no esporte paraolímpico para criar um campo de jogo nivelado. Isso garante, que ganha o melhor atleta (mais habilidoso, apto e tático) e não o atleta com o menor nível de comprometimento: “A classificação determina quem é elegível para competir em um desporto paraolímpico e agrupa os atletas em classes esportivas de acordo com sua limitação de atividade em um determinado esporte”² (p. 2).

O Movimento Paraolímpico adotou as definições para 10 tipos de deficiências elegíveis como rege a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde (CIF-OMS)³. São elas: deficiência visual, deficiência de força muscular, amplitude de movimento, amputados, baixa estatura, com diferença de comprimento nos membros inferiores e/ou superiores, hipertonia (músculos rígidos), ataxia (movimentos instáveis); atetose (movimentos descontrolados) e deficiências intelectuais⁴.

Porém, desde a década de 50, após uma grande adesão ao Stoke Mandeville Games - jogos criados em 1948, pelo neurocirurgião Ludwig Guttman, como auxílio na reabilitação de soldados amputados na segunda guerra mundial; já se levantaram questões sobre a igualdade de oportunidades para competir, na época, com os atletas com lesões superiores e inferiores da medula espinhal. Acharam mais justos dividir os atletas em classes para garantir oportunidades iguais de competição para atletas com lesões medulares mais altas e mais baixas. Era o início do desenvolvimento de sistemas

* Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas¹.

médicos de classificação. Aulas de esportes no hospital de reabilitação eram separadas para pessoas com lesões medulares, amputação e outras neurológicas. E ainda, aqueles com ou sem condições ortopédicas².

O principal fator que determina a classe esportiva em um sistema de classificação funcional é a medida com que o comprometimento físico ou intelectual de um atleta afeta o desempenho do esporte. Como resultado, os atletas com paralisia dos membros inferiores, devido à lesão da medula espinhal, poderiam competir juntamente com os amputados do joelho em corridas de cadeiras de rodas. Apesar de ambos os atletas terem deficiências muito diferentes, o seu prejuízo igualmente impacta a sua capacidade de impulsionar a sua cadeira de rodas.

Até a década de 1980, as classificações eram baseadas somente em atestações médicas, o que geravam inúmeras classes, pois os laudos apontavam diversas diferenças de comprometimentos. Com o intuito de minimizar o número de classes, os Comitês Organizadores dos Jogos instituíram então, o método funcional de avaliação, sistema utilizado até hoje, em que o classificador também pode ser um fisioterapeuta ou um educador físico, desde que tenha as qualificações do Comitê Paralímpico Internacional – IPC para avaliar o atleta. A exceção é o sistema de classificação utilizado para atletas com deficiência visual, que ainda permanece com base em atestado médico².

Os sistemas de classificação diferem por desporto e são desenvolvidos pela Federação Internacional (IF), que rege o esporte. A IF, que decide os tipos de deficiências elegíveis e qual esporte irá atender: “Para que um atleta seja elegível a deficiência deve ser suficientemente severa afetando seu desempenho esportivo. Isso é chamado de Critério de Imparidade Mínima Critério”² (p. 3). Portanto, se um atleta não atender ao Critério de Imparidade Mínima, não se questiona a presença de uma deficiência genuína para ele competir. Alguns esportes paraolímpicos são projetados somente para atletas com um tipo de deficiência elegível. O *Goalball*, por exemplo, é somente para atletas com deficiência visual. Outros esportes como atletismo e natação são abertos aos atletas com qualquer uma das 10 deficiências elegíveis já citadas.

Os status da elegibilidade podem ser: "*Confirmed*", classe fixa, no caso em que as deficiências são imutáveis, por exemplo, os amputados e os de má formação congênita; e o status "*review*", que são os atletas com doenças degenerativas e progressivas; menores de idade ou iniciantes. Estes passarão periodicamente por uma

reclassificação. Vale lembrar, que as deficiências podem ser: Congênitas – ao nascer com a deficiência ou acometimento em uma fase inicial do desenvolvimento; ou Adquiridas - quando a deficiência por trauma, doença, desenvolvimento inadequado ou infecção aparece durante o transcorrer da vida pós-natal.

Postulado as questões técnicas de elegibilidade parte-se, então, ao contexto sociocultural deste processo, focando seu personagem principal, o atleta. Mais precisamente, este artigo se concentra em atletas, que a deficiência foi causada por doenças degenerativas[†] e que frequentemente têm de passar por uma reclassificação, devido ao avanço progressivo de suas limitações. Atrélaram-se experiências ao experimento para alcançar o objetivo deste artigo, que é destacar, através das narrativas das atletas, a classificação funcional como elemento norteador de carreira para um atleta paraolímpico.

Método

O método utilizado nessa pesquisa foram as narrativas biográficas da nadadora paraolímpica Susana Schnarndorf e da arremessadora paraolímpica Elizabeth Gomes. Ambas classificadas com status *review*, por terem doenças degenerativas.

Por meio das narrativas, obtidas pelo método dialógico, o colaborador organiza sua memória e narra os fatos, dando a possibilidade de criar sua história quantas vezes criar. Bosi⁵ afirma que a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema.

Rubio⁶ ressalta que

relatos orais permitem ao pesquisador por meio do som e do tom da fala do entrevistado, da sutileza dos detalhes da narrativa e das várias facetas do fato social vivido, ter acesso aos conteúdos de uma vida que pode ser

[†] Doenças degenerativas são doenças que levam a uma gradual lesão tecidual de caráter irreversível e evolutivo, geralmente limitante sobre as funções vitais, principalmente as de natureza neurológica e osteomusculares. Disponível em: <http://www.abc.med.br/p/sinais.-sintomas-e-doencas/756377/conhecendo+melhor+as+doencas+degenerativas.htm> [2016 dez 6].

tomada como individual, mas que carrega consigo os elementos do momento histórico e das instituições com as quais manteve relação (p. 21).

As narrativas, baseadas nas histórias de vida das atletas foram gravadas e transcritas, tornando-se um documento semelhante a outros textos. Queiroz⁷ pontua que a “história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (p. 6). Sendo assim, a história de vida não é um produto acabado, mas uma matéria prima sobre a qual e a partir da qual, se tem de trabalhar⁸.

A história narrada é diferenciada pela independência dos suportes probatórios. Como enfatizam Meihy e Holanda⁹: “As incertezas, descartabilidades da referenciação exata, garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos convencionais úteis à história” (p. 34).

Parte dessas narrativas foi colhida durante a situação competitiva e também no momento de reclassificação funcional, fazendo desse estudo um relato vivo do processo que envolveu a convocação de uma das atletas e o impedimento de outra de participar dos Jogos Paralímpicos de Rio de Janeiro de 2016.

As atletas no contexto da elegibilidade

Ao se falar em contexto pensa-se de imediato no cenário que o atleta com deficiência está inserido. Seus anseios em sair do anonimato, que a deficiência lhe veste para uma carreira profissional de reconhecimento; de pódios; de holofotes. Do ponto de vista do atleta, ser elegível, portanto, já é uma prova competitiva. Pois, além de todas as outras metas que um atleta convencional enfrenta, como disputas de índices e vagas, o atleta paraolímpico concorre a uma classe. O campeonato em si, é uma extensão do processo avaliativo, porque os avaliadores continuam observando o desempenho do atleta, quando aplica o seu limite. Ter que provar a sua própria deficiência implica numa decisão de carreira em que a tensão prossegue até a obtenção dos resultados da classificação.

Em sua narrativa a atleta Susana Schnarndorf conta que iniciou sua carreira paraolímpica em 2010. Sua primeira classificação ocorreu no Canadá e foi elegível na

classe S8[‡], com status “*review*” por sua doença ser degenerativa. Isso implica que a cada dois anos ela tem que ser reavaliada. Apesar do nervoso dos testes, seu sentimento foi de alegria, pois seria seu início de uma nova trajetória de carreira.

Quando falaram o resultado eu fui para o vestiário e gritei de alegria por ter sido elegível. Não sabia nada do Movimento Paraolímpico, mas estava abraçando uma nova fase. Vendo uma luz no fim do túnel, depois da minha doença, sabe?[§]

O segundo processo reclassificatório aconteceu em 2012 durante os Jogos Paralímpicos de Londres. A atleta teve que dividir sua concentração, fato este narrado por ela, entre competir e ser reclassificada. Mesmo assim, conseguiu o quarto lugar nos 100 metros peito, já na classe S7. Empenhada na sua carreira, em 2013, novamente veio o processo reclassificatório.

Já no início do ano, com o início dos treinos visando a seletiva para o mundial, eu senti que a doença piorou. A falta de ar começou me limitar. Comecei a ter muitos espasmos musculares e a coordenação motora também diminuiu. Mas, nada me deixava esmorecer. Então, o CPB pediu a minha reclassificação. Lá fui eu fazer dezenas de exames. Alguns muito doloridos e complicados. O dia do teste foi marcado dez dias antes do início do mundial, que seria em Montreal, no Canadá. Outra classificação antes de uma competição importante. Eu tinha me classificado para fazer parte da seleção para o mundial. E assim, quatro semanas antes do início da competição, a seleção foi para San Luiz Patosi fazer o ciclo de treinamento em altitude. Todos os dias de treino lá, eu me sentia diferente, como se

[‡] (S) – swimm (8) – Nível de comprometimento leve, uma vez que na natação paraolímpica as classes vão de 10 – menor comprometimento até 1 para os mais comprometidos fisicamente. Disponível em: http://www.cpb.org.br/modalidades-visualizacao/-/asset_publisher/4O6JOGZOhDhG/content/id/22765 [2016 dez 6].

[§] Susana Schnarndorf em entrevista para a pesquisa - Olímpicos e Paraolímpicos: separados por um instante (em elaboração junto ao Grupo de Estudos Olímpicos – GEO/USP) em 09/11/2014.

previsse que algo grandioso estava para acontecer. Fiz treinos espetaculares, mas, chegando perto do dia da reclassificação, comecei a ficar muito preocupada. Chegando o dia, treinei antes e logo em seguida fui para a sala para ser examinada. E veio todo o protocolo de novo, dessa vez demorando mais de duas horas. Depois da angustiante espera pelo resultado veio a confirmação da prova e abaixo a classe, que eu iria competir S6 SM6 SB6. Estava na minha classe justa novamente**.

Na classe S6, Susana foi campeã mundial dos 100 metros nado peito SB6 e eleita a melhor atleta paraolímpica do ano. Porém, no biênio 2014/2015 sua doença progrediu significativamente e ela não foi reavaliada neste período.

A equipe técnica da delegação brasileira decidiu pedir minha reclassificação o mais próximo possível dos Jogos Rio 2016, para não ter risco da minha doença avançar e eu competir em classe errada. Mas, eu passei dois anos sem resultados, porque minha coordenação motora piorou muito, então perdi patrocínios, bolsa pódio e foi muito difícil, ficar sem saber o que seria do meu futuro, da sua carreira. O que eu mais queria era conseguir índice de convocação para os Jogos do Rio para competir em casa e ver meus filhos na arquibancada††.

Na classificação da natação paraolímpica são aplicados testes clínicos e técnicos de acordo com a origem da condição/patologia que o atleta apresenta. No caso de Susana usa-se um teste de coordenação motora desenvolvido nos anos 80-90, que avalia todos os movimentos funcionais relevantes para a natação graduando cada um de 0 a 5 pontos de acordo com o grau de comprometimento. O fato da patologia ser progressiva não altera o teste usado e sim sua origem, que no caso é do sistema nervoso central afetando a coordenação motora. É o mesmo teste usado para paralisados cerebrais ou vítimas de derrames cerebrais.

** Entrevista com a Susana em 10/11/2016.

†† Entrevista com a Susana em 14/03/2016.

A reclassificação da nadadora foi marcada para o meio dia do dia 19 de abril de 2016, um dia antes do evento teste para os Jogos do Rio. Susana foi para a piscina logo cedo e ficou isolada com a psicóloga do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, até ser chamada para uma sala, onde foi cravada de perguntas, depois de passar uma noite sem dormir em função da ansiedade pela espera daquele momento. Ao observar esse processo é possível compreender a afirmação de Bosi¹⁰ que enfatiza que uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro-a-ombro com o sujeito da pesquisa e ela: “será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar da sua vida” (p. 38). Ou ainda, comprovar o que aponta Lima¹¹: “a imersão da pesquisa se faz necessária ao pesquisador para vencer seus condicionamentos de percepção de mundo, alterando seu próprio olhar para o olhar dos seus personagens” (p. 373).

Depois de uma das classificadoras, no caso britânica, apresentar o resultado, Susana foi tomada pelo choro sem que se soubesse se era de tristeza ou de alegria. Enfim, chegou a confirmação de que Susana estava realocada na classe S5. Sentiu-se aliviada por manter-se competitiva. Porém, a nadadora estava vivendo ali um padaroxo: Embora, o cenário fosse de alegria porque poderia conseguir melhores resultados na classe que sua deficiência a enquadrara; cair de classe significava enfrentar o progresso de sua patologia. Mas, apesar dessa questão ser pungente no seu cotidiano, ela não se mostrara relevante para a atleta, que tinha uma única meta, continuar competindo. Em sua fala isso se manifesta com a seguinte expressão

Estou mais aliviada, parece que tirei um elefante das costas. Não dormi nada durante a noite e há dias nem estava comendo direito pensando nesse dia^{††}.

Numa situação paralela, mas, com outro desfecho, está a arremessadora de peso Elizabeth Gomes, inserida no meio paraolímpico desde 1996, quando foi diagnosticada com esclerose múltipla. Sua reclassificação se deu no Open Internacional de Atletismo, em maio de 2016. A competição é realizada anualmente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e reúne atletas dos cinco continentes. Faz parte do calendário do Comitê

^{††} Susana em entrevista à imprensa após o resultado da sua classificação 19/04/2016.

Paralímpico Internacional IPC de abertos das modalidades de atletismo e natação. O *Open Internacional* também conta pontos para os atletas para a formação do ranking mundial das modalidades^{§§}.

Feito todos os protocolos avaliativos, a atleta foi surpreendida por um resultado adverso, praticamente às vésperas dos Jogos Rio 2016. Em sua narrativa, através do processo dialógico entre entrevistador e entrevistado como sugerem Meihy e Holanda⁹ Elizabeth contou que sua reclassificação é anual por conta do avanço de sua doença. Nos últimos 10 anos, ela pertenceu à classe F54^{***}, o que lhe rendeu títulos como: campeã Parapanamericana; Sulamericana; Brasileira e segunda colocada no ranking mundial. Apesar de suas habilidades estarem mais comprometidas pelo progresso da doença, ao ser reavaliada, a equipe de classificadores não soube distinguir sua debilidade com a de um atleta com paraplegia e a subiram de classe para F55, que não tem outras competidoras, o que a obriga a competir com atletas menos comprometidas da classe F57. Em seu discurso ela pontua

Disseram que eu tinha tônus na musculatura do braço, mas, tal tonicidade é reflexo da contratura da doença e não da força aplicada no braço, o mesmo acontece com meu abdômen, que é enrijecido, mas, não é funcional. A decisão final foi que me mudaram para a classe F55. Aí, nessa classe num tem atletas. E no lançamento de disco, minhas marcas não foram suficientes para uma condição de igualdade com competidores que têm mais mobilidade do que eu. Eles conseguiram acabar com um dos meus sonhos de estar nos Jogos Paralímpicos. Esporte é isso. É difícil^{†††}.

Nos resultados da competição reunidos por¹², vê-se a marca de arremesso de Elizabeth de 7,02 metros, ficando em terceiro lugar da prova em que competiu com as

^{§§} <http://www.cpb.org.br/open-loterias-caixa> [2017 abr 6].

^{***} F54 – F – Field provas de campo do atletismo. A numeração de 51 a 57 competem em cadeiras de rodas, porém, quanto menor o número, maior o nível de comprometimento. Disponível em: http://www.cpb.org.br/modalidades-visualizacao/-/asset_publisher/4O6JOGZOHDhG/content/id/22633 [2016 dez 6].

^{†††} Elizabeth Gomes em entrevista para este artigo em 06/12/2016.

atletas da classe F57, muito menos comprometidas fisicamente que ela. Enquanto, que na sua antiga classe F54, a campeã da prova arremessou 5.68 metros. Em junho do mesmo ano em uma etapa do Circuito Loterias Caixa em São Paulo, vimos a atleta arremessar 7,69 metros, marca recorde das Américas se estivesse ainda na classe F54 e seria medalha de prata nos Jogos Paralímpicos Rio, 2016, uma vez que a campeã da classe F54, a chinesa Liwan Yang arremessou 7,89 metros e a tunisiana Hania Aidi, que ficou em segundo lugar, arremessou 6,86 metros.^{†††}

Considerações finais

O registro da memória da carreira de um atleta paraolímpico em situação de classificação guarda elementos fundamentais para a discussão do processo de avaliação em si e dos métodos utilizados. A elegibilidade é um momento norteador da vida do atleta paraolímpico. Conforme o resultado desta qualificação ele pode ou não continuar sua trajetória no esporte profissional. Abre-se a questão então de que a classificação funcional ou elegibilidade seja um motivo para transições de carreira em caso de atletas com deficiência. Conforme Martini (2003) “a transição de carreira atlética geralmente é o resultado de inúmeros fatores individuais e de influências sociais tais como: Idade, contusões, não ser selecionado no time principal, escolha de outra carreira, querer ter mais tempo para a família, etc” (p. 188).

Ao acompanhar as narrativas das atletas, bem como vivenciar o processo de elegibilidade, ficou claro que por alguns instantes elas somaram o fato de não serem elegíveis, ao incômodo de perderem patrocínios e benefícios governamentais, fonte de renda das atletas ou ainda de terem que procurar mudança de carreira. Nos casos estudados, o desejo pela competição, sobrepôs a preocupação com a degeneração que a doença causava e que por elas, só é lembrada quando as dificuldades para a realização dos movimentos usados para competir aumentam.

Os dois casos citados são praticamente os únicos na história da delegação brasileira, rumo aos Jogos Paralímpicos Rio, 2016 salvo algumas outras exceções, que também merecem serem estudadas. A dúvida que se coloca para ambas as atletas é

^{†††} International Paralympic Committee (IPC). Sport Data Management System (SDMS). Disponível em: <http://www.paralympic.org/sdms>. [2017 abr 6].

sobre o futuro que as aguarda diante da progressão da doença. Estar na classe S5 da natação e F54 do atletismo significa que essas atletas têm apenas metade das habilidades de um atleta em condição normal. O enfrentamento de treinos e competições, e mesmo as dores e a progressão da doença, é menos assombroso do que enfrentar anualmente a elegibilidade.

Referências

- 1 Brasil. Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas; 2015. Disponível em: <http://psinaed.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/19/2016/02/Estatuto-da-pessoa-com-deficiencia.pdf> [2016 dez 1].
- 2 IPC. Explanatory guide to Paralympic classification: Paralympic summer sports. 2015. Disponível em: https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/150915170806821_2015_09_15%2BExplanatory%2Bguide%2BClassification_summer%2BFINAL%2B.pdf [2016 dez 1].
- 3 Organização Mundial da Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; 2003.
- 4 Miranda PAC. Bem estar psicológico, stress parental, qualidade de vida e suporte social: Um estudo com pais de crianças portadoras de paralisia cerebral. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Portugal. 2012.
- 5 Bosi E. O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial; 2003.
- 6 Rubio K. Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2006.
- 7 Queiroz MIP. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: Von Simson OM. Editor. Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice; 1988.
- 8 Poirier J, Valladon S, Raybaut P. Histórias de Vida: Teoria e Prática. Oeiras: Celta; 1999.
- 9 Mehy JCS, Holanda F. História Oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto; 2007.
- 10 Bosi E. Memória e Sociedade. São Paulo: Companhia das Letras; 2001.
- 11 Lima EP. Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. São Paulo: Manole; 2009.
- 12 Almeida A. Results book: Paralympic Athletics. 2016. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/32389/Resultado-Open-Atletismo.pdf/b52db623-c058-4763-837e-f59aec95c296> [2017 abr 6].
- 13 Martini LA. Causas e Consequências da Transição de Carreira Atlética. In: Rubio K. Editor. Psicologia do Esporte: Teoria e Prática. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.